

Desenvolvimento Econômi

WILIAM JORGE BANDEIRA*

A discussão sobre a pobreza no Brasil e as propostas vindas do Congresso Nacional para sua erradicação, tem o mérito de colocar a questão da pobreza no centro do debate sobre o desenvolvimento nacional. Se, por um lado, não se pode negar a alta relevância da questão, de outro, a forma como é colocada e as propostas em discussão, mostram-se bastante polêmicas.

As propostas da "Renda Mínima" e do "Fundo de Erradicação da Pobreza" carecem de maiores discussões e aperfeiçoamentos para evitar que caiam na vala comum das ações meramente assistencialistas e superficiais que agem apenas sobre os efeitos, deixando as verdadeiras causas intactas.

A pobreza, segundo Marx, é inerente aos regimes capitalistas. Em sua análise, ele colocava a questão da contradição do capitalismo em criar riqueza, de um lado, e pobreza, de outro. A contrapartida dessa contradição é a formação de um "exército de desempregados" que formariam o contingente de "excluídos". A causa disso é que a produção capitalista se dá através de intenso movimento de introdução na produção de máquinas e tecnologias cada vez mais eficientes que excluíam trabalhadores do processo produtivo, embora o autor não tenha analisado a transferência de trabalhadores para outros setores, como serviços, comércio e, até mesmo um terceiro setor composto de atividades executadas por organizações não lucrativas, setores que tendem a crescer de modo exponencial.

Paradoxalmente, o maior contingente de pobres se con-

centra em países e/ou regiões que estão longe de conhecer o capitalismo (países da África Subsaariana e Sul da Ásia concentravam, como percentual sobre suas populações, em 1998, mais de 40% de pessoas que viviam com menos de 1 dólar/dia), além dos países de "industrialização retardatária" e que, portanto, ainda não desenvolveram o capitalismo de forma plena e, por isso, ainda são extremamente dependentes de capitais e tecnologia dos países centrais (são exemplos, principalmente, países da América Latina que apresentavam, em 1998, segundo o BIRD, cerca de 15,6% das pessoas em situação de miséria absoluta sobre o total de sua população, abaixo da média mundial que era de 24% no mesmo ano).

No entanto, isso não quer dizer que não existam pobres nos países desenvolvidos e que Marx estivesse errado. A questão é outra. Nos países centrais existem aparelhos institucionais públicos e privados ligados ao governo e a trabalhadores que atuam no sentido de diminuir as distorções do mercado, pois este tem como principal função garantir uma boa alocação dos recursos, punindo a incompetência e premiando a competência, mas, também, possui mecanismos concentradores de renda e de poder que favorecem a criação de desigualdades entre classes e indivíduos.

Nos países em desenvolvimento, esses mecanismos concentradores atuam livremente criando desigualdades e concentrando a riqueza de forma cruel nas mãos de uns poucos privilegiados. Nestes países, por falta (ou por fragilidade) de instituições

que atuem contra as forças impessoais do mercado (a chamada mão invisível), o número de "excluídos" aumenta de forma acelerada quando comparado com os que são aceitos pelo sistema, isto é, o sistema de mobilidade social é um funil muito estreito que só permite a passagem de um percentual muito pequeno da população.

Nestes países os programas sociais representam um percentual pequeno dos gastos públicos, quando comparados aos gastos que beneficiam o capital, mas o mais importante é a ineficiência destes programas, os quais desperdiçam os recursos pela má aplicação, pelo excesso de burocracia, pelo baixo envolvimento dos beneficiários e, muitas vezes, pela corrupção. A falta, ou a insuficiente organização da população pobre, é outro entrave considerável.

No Brasil, não faltam exemplos de ineficiência dos serviços públicos. Apesar da alta carga tributária (cerca de 30% do PIB), os serviços de saúde e de educação são de péssima qualidade e em quantidade insuficiente. As desigualdades são gritantes. O sistema tributário peca pela regressividade, os mais ricos pagam, proporcionalmente, menos impostos que a classe média e os mais pobres. Cerca de metade dos gastos públicos com aposentadoria é apropriada pelos 20% mais ricos.

Quando se isolam os 10% mais ricos da população, a renda que sobra é bastante baixa para distribuir entre os 90% restantes, sem contar as fortes desigualdades existentes entre eles. Por isso, ainda existem no Brasil cerca de 30 milhões de pessoas que vivem com renda abaixo de um salá-

co e Pobreza no Brasil

rio mínimo e outras tantas com renda insuficiente para uma vida digna com suas famílias. Segundo pesquisa recente do economista Marcelo Néri da FGV, divulgada na Revista Veja N° 42 de 18 de outubro de 2000, cerca de 41 milhões de trabalhadores, representando 60% da PEA brasileira, se situavam no setor informal da economia no final dos anos 90. Nos anos 80, esse percentual atingia 40% da PEA. A maior parte dos pobres no Brasil (renda "per capita" abaixo de 76 reais por mês) se encontra entre os "sem carteiras", os quais não têm nenhuma assistência do poder público. 70% dos trabalhadores informais estão em cidades com menos de 200.000 habitantes. 54% deles encontram-se nas zonas rurais, portanto, a pobreza se concentra nos grotões de menor desenvolvimento do país.

Portanto, o grau de pobreza de um País é determinado por uma associação entre renda baixa, insuficiência de desenvolvimento e desigualdades na distribuição da renda e da riqueza, visto como um processo dinâmico de exclusão e de afunilamento no caminho da ascensão social. Por isso, se a pobreza está intimamente associada com a concentração de riqueza e renda, é necessário atuar sobre os mecanismos que produzem as desigualdades e os privilégios, para se obter sucesso no combate a pobreza.

O Governo e o Congresso têm papel importante nesse processo, à medida que precisam acertar uma reforma tributária que, entre outras coisas, venha cobrar impostos dos mais ricos para favorecer aos mais pobres, elevando,

assim, o nível de bem estar social com programas eficientes na área social, reduzindo consideravelmente a distância social entre os indivíduos.

Esse procedimento pode viabilizar o financiamento das propostas de renda mínima e do fundo especial para a erradicação da pobreza no país.

É imprescindível que o Governo venha aumentar **urgentemente** a eficiência econômica na alocação dos recursos (melhoria da qualidade e aumento da quantidade dos serviços) na área social, incluindo educação, saúde, saneamento básico, previdência, reforma agrária e outros.

Deve-se ampliar a responsabilidade política na alocação dos recursos. É necessário que se favoreça a transparência, facilitando a percepção da sociedade quanto aos recursos recolhidos e aos benefícios prestados. Deve-se buscar novas formas de relacionamento com a sociedade civil, visando um efetivo envolvimento dos beneficiários diretos da ação, evitando desperdícios e desvios fraudulentos de recursos.

Uma política de combate à pobreza poderia ser constituir no núcleo central de um **projeto de desenvolvimento econômico para o Brasil**, pois ampliaria o mercado consumidor, possibilitaria às empresas atuarem no mercado interno em grande escala, melhorando a eficiência operacional, criaria novas oportunidades de investimentos para atividades empresariais ligadas às classes populares, facilitaria a organização popular e o sentimento de cidadania, aperfeiçoando a democracia, pois caminharíamos para uma sociedade bem mais justa, onde à

distância de qualidade de vida (bem estar social) entre classes e indivíduos seria radicalmente diminuída.

Os instrumentos prioritários visando atacar diretamente a pobreza no Brasil seriam os seguintes:

1. mecanismos, econômicos e políticos, capazes de reverter processos em curso de concentração de renda e riqueza. As reformas tributária, agrária e política se constituem em instrumentos importantes de reversão desses processos no Brasil;
 2. investimentos maciços em educação e treinamento de mão-de-obra, em quantidade e qualidade;
 3. investimentos maciços em qualidade de vida, incluindo programas de saúde, saneamento, previdência, seguro desemprego e outros;
 4. programas na áreas de ciência e tecnologia, visando diminuir a dependência tecnológica externa;
 5. combate implacável a corrupção, prática que representa grande vazamento de recursos públicos. A aprovação da Lei de Responsabilidade Fiscal pode ajudar muito;
 6. criação de formas de financiamento para pequenas iniciativas empresariais, utilizando experiências que deram certo em outros países.
- As soluções técnicas existem, o que falta é **viabilidade política**, uma vez que as forças retrógradas ainda predominam, frustrando a implementação de um projeto verdadeiramente moderno para o país •

*WILLIAM JORGE BANDEIRA é professor de Economia DECON/UFPI. Doutor em Economia pela Unicamp.